



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria da Segunda Câmara

Ofício nº 18902/2019 - SEC/2ª Câmara

Belo Horizonte, 22 de outubro de 2019.

Prezado Senhor,

Intimo V. Sa. do inteiro teor da decisão proferida pelo Colegiado da Segunda Câmara na sessão do dia 03/10/2019, anexa por cópia, nos autos da Denúncia de nº **1077019** da relatoria do Exmo. Sr. Conselheiro Substituto Victor Meyer.

Atenciosamente,

Anabella Marcatti Leôncio
Diretora em exercício

Ao Senhor
Fernando Symcha de Araújo Marçal Vieira
Denunciante



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Gabinete do Conselheiro Substituto Victor Meyer



Processo: 1077019
Natureza: Denúncia
Denunciante: Fernando Symcha de Araújo Marçal Vieira
Jurisdicionado: Município de Córrego do Bom Jesus

Trata-se de denúncia, com pedido liminar de suspensão do certame, formulada por Fernando Symcha de Araújo Marçal Vieira, em face de possíveis irregularidades no edital do pregão presencial 71/2019, processo licitatório 202/2019, realizado pelo Município de Córrego do Bom Jesus, com vistas à “aquisição de pneus novos para a manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Obras (...)”.

Na inicial, o denunciante alega, em síntese, que o processo licitatório é restritivo, pois exige certificado do IBAMA do fabricante dos pneus visando garantir a preservação do meio ambiente. Afirma que tal exigência apenas em nome do fabricante impede a participação de interessados que comercializam pneus de origem estrangeira e que, segundo entende, o mais adequado seria exigir tal certidão também do importador ou do próprio licitante.

A denúncia, protocolizada nesta Corte em 30/09/2019, foi recebida pelo conselheiro-presidente em 1º/10/2019 (fl. 39) e distribuída no dia seguinte (02/10/2019) à minha relatoria (fl. 48), vindo-me conclusos os autos para fins de análise do pleito cautelar.

A questão relativa à exigência de apresentação de certificado de regularidade junto ao IBAMA, em nome do fabricante ou importador, já foi objeto de análise neste Tribunal em diversas ocasiões, como se observa, por exemplo, da decisão da Primeira Câmara no processo 880.024, da relatoria do conselheiro Wanderley Ávila:

- 1) Exigência de apresentação do certificado do IBAMA atinentes às empresas fabricantes dos pneus comprovando a destinação final de forma ambientalmente correta, nos termos da Resolução CONAMA nº 258/99.

O órgão técnico concluiu na análise inicial, fl. 43, que o edital, item 8.5.3, fl. 07, exigia indevidamente a apresentação de certificado do IBAMA, ao argumento de que somente os fabricantes e importadores de pneus possuem o documento, excluindo, assim, a participação de revendedores no certame.

Em defesa, os responsáveis, às fl. 61/63, discordam esclarecendo que o IBAMA, diante da Resolução do CONAMA nº 258, de 26/08/1999, não fornece a certidão apenas aos fabricantes e importadores, mas a todo e qualquer cidadão que visite o site oficial, bastando que se tenha conhecimento do CNPJ do fabricante ou importador para o qual revende.

Em seu novo exame, fl.296/303, **o órgão técnico assinalou que, de fato, qualquer pessoa, inclusive os revendedores, que tenham em mãos o CNPJ do fabricante ou importador podem obter, de forma fácil e gratuita, a certidão de regularidade do IBAMA, utilizando o mencionado site oficial. Concluiu, assim, que a exigência da certidão do IBAMA não restringe o caráter competitivo do certame, não havendo, portanto, irregularidade em questão.**

De fato, como ressalta o órgão técnico, em seu reexame, referida exigência, como instrumento de enorme importância nos esforços de proteção ao meio ambiente, homenageia a licitação sustentável, hoje de grande repercussão no cenário mundial. Assim, deve ser observado o zelo da Administração em exigir o certificado do IBAMA nos casos de licitação que envolva a aquisição de pneumáticos.

É de se concluir, portanto, que o Edital do Pregão Presencial nº 18/2012, editado em substituição ao Pregão Presencial nº 28/2011, não apresenta irregularidades quanto a este quesito. (grifo nosso)

A conclusão, em resumo, é no sentido da possibilidade de se exigir o certificado de regularidade junto ao IBAMA relativamente ao fabricante ou ao importador, não sendo razoável, portanto, limitar-se a apresentação do documento em nome de apenas um daqueles.

No presente caso, o edital prevê a obrigatoriedade de apresentação de “Certificado de Regularidade no Cadastro Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras, expedida do IBAMA, DO FABRICANTE DO PRODUTO A SER OFERECIDO”.

A exigência evidencia flagrante restrição à participação no certame, viabilizando o acesso apenas às marcas cujos fabricantes estejam sediados em território nacional, discriminação que encontra óbice na vedação prescrita pelo § 1º do art. 3º da Lei 8.666/1993.

Diante disso, presentes o *fumus boni iuris* (verossimilhança das alegações do denunciante) e o *periculum in mora* (tendo em vista a eminência de conclusão do certame, cuja sessão para entrega dos envelopes foi designada para 07/10/2019, às 9h), **defiro** a medida cautelar pleiteada pelo denunciante, com fulcro no art. 60 da Lei Orgânica do Tribunal e no art. 267 do Regimento Interno e **determino a suspensão**, na fase em que se encontra, do processo licitatório 202/2019, pregão presencial 71/2019, do Município de Córrego do Bom Jesus, até que seja resolvido o mérito da presente denúncia, devendo os responsáveis se absterem de promover quaisquer atos que ensejem o seu prosseguimento, sob pena de anulação e de aplicação de sanção pecuniária, nos termos do art. 85, III, da Lei Orgânica do Tribunal.

À **Secretaria da Segunda Câmara** para que proceda, por *e-mail* e fac-símile, à intimação do denunciante e dos signatários do instrumento convocatório, Sra. Eliana de Fátima Alves e Silva e Sr. Reinaldo Alves Tanikava, respectivamente, prefeita e pregoeiro, em caráter de urgência, acerca desta decisão, bem como para que adote as medidas cabíveis com vistas à submissão desta decisão ao colegiado, a teor do disposto no art. 95, § 2º, da Lei Orgânica.

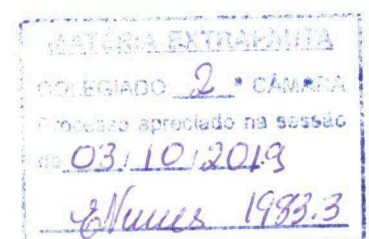
Fixo o prazo de 5 dias para que os referidos agentes públicos comprovem nos autos a adoção da medida ordenada, mediante a publicação do ato de suspensão, e para que encaminhem cópia de todo o procedimento licitatório, fases interna e externa.

Após, retornem-me os autos conclusos.

Belo Horizonte, 3 de outubro de 2019.



Victor Meyer
Relator



NOTAS TAQUIGRÁFICAS

30ª Sessão Ordinária da Segunda Câmara – 03/10/2019

CONSELHEIRO SUBSTITUTO VICTOR MEYER:

Processo: 1077019

Natureza: Denúncia

Denunciante: Fernando Symcha de Araújo Marçal Vieira

Jurisdicionado: Município de Córrego do Bom Jesus

Senhor Presidente, submeto à ratificação deste Colegiado a decisão monocrática por mim proferida nos autos da Denúncia nº 1077019, cujo teor foi previamente disponibilizado, no sentido de determinar a suspensão do Processo Licitatório nº 202/2019, Pregão Presencial nº 71/2019, promovido pelo Município de Córrego do Bom Jesus.

CONSELHEIRO SUBSTITUTO ADONIAS MONTEIRO:

De acordo.

CONSELHEIRO SUBSTITUTO LICURGO MOURÃO:

Com o Relator.

CONSELHEIRO PRESIDENTE WANDERLEY ÁVILA:

Também com o Relator.

APROVADO.

(PRESENTE À SESSÃO O PROCURADOR DANIEL DE CARVALHO GUIMARÃES.)

DENÚNCIA N. 1077019

Denunciante: Fernando Symcha de Araújo Marçal Vieira (OAB/SP 403.149)
Jurisdicionado: Município de Córrego do Bom Jesus
Responsáveis: Eliana de Fátima Alves e Silva e Reinaldo Alves Tanikava
RELATOR: CONSELHEIRO SUBSTITUTO VICTOR MEYER

EMENTA

DENÚNCIA. REFERENDO. MUNICÍPIO. PREGÃO PRESENCIAL. AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS. EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE CERTIFICADO DE REGULARIDADE JUNTO AO IBAMA, EM NOME DO FABRICANTE OU IMPORTADOR. POSSIBILIDADE. OBRIGATORIEDADE DE APRESENTAÇÃO DE CERTIFICADO DE REGULARIDADE NO CADASTRO FEDERAL DE ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS, EXPEDIDA PELO IBAMA, DO FABRICANTE DO PRODUTO A SER OFERECIDO. FABRICANTES SEDIADOS EM TERRITÓRIO NACIONAL. RESTRIÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO CERTAME. PRESENÇA DOS REQUISITOS DO *FUMUS BONI IURIS* E DO *PERICULUM IN MORA*. DECISÃO MONOCRÁTICA REFERENDADA.

1. A exigência da certidão do IBAMA não restringe o caráter competitivo do certame, não havendo, portanto, irregularidade em questão, uma vez que qualquer pessoa, inclusive os revendedores, que tenham em mãos o CNPJ do fabricante ou importador podem obter, de forma fácil e gratuita, a certidão de regularidade do IBAMA, utilizando-se do site oficial.
2. Referida exigência, como instrumento de enorme importância nos esforços de proteção ao meio ambiente, homenageia a licitação sustentável, hoje de grande repercussão no cenário mundial. Assim, deve ser observado o zelo da Administração em exigir o certificado do IBAMA nos casos de licitação que envolva a aquisição de pneumáticos.
3. Quando a exigência evidencia flagrante restrição à participação no certame, viabilizando o acesso apenas às marcas cujos fabricantes estejam sediados em território nacional, é uma discriminação que encontra óbice na vedação prescrita pelo § 1º do art. 3º da Lei 8.666/1993.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

30ª Sessão Ordinária da Segunda Câmara – 03/10/2019

CONSELHEIRO SUBSTITUTO VICTOR MEYER:

REFERENDUM

Senhor Presidente, submeto à ratificação deste Colegiado a decisão monocrática por mim proferida nos autos da Denúncia nº 1077019, cujo teor foi previamente disponibilizado, no sentido de determinar a suspensão do Processo Licitatório nº 202/2019, Pregão Presencial nº 71/2019, promovido pelo Município de Córrego do Bom Jesus.

Trata-se de denúncia, com pedido liminar de suspensão do certame, formulada por Fernando Symcha de Araújo Marçal Vieira, em face de possíveis irregularidades no edital do pregão presencial 71/2019, processo licitatório 202/2019, realizado pelo Município de Córrego do Bom Jesus, com vistas à “aquisição de pneus novos para a manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Obras (...)”.

Na inicial, o denunciante alega, em síntese, que o processo licitatório é restritivo, pois exige certificado do IBAMA do fabricante dos pneus visando garantir a preservação do meio ambiente. Afirma que tal exigência apenas em nome do fabricante impede a participação de interessados que comercializam pneus de origem estrangeira e que, segundo entende, o mais adequado seria exigir tal certidão também do importador ou do próprio licitante.

A denúncia, protocolizada nesta Corte em 30/09/2019, foi recebida pelo conselheiro-presidente em 1º/10/2019 (fl. 39) e distribuída no dia seguinte (02/10/2019) à minha relatoria (fl. 48), vindo-me conclusos os autos para fins de análise do pleito cautelar.

A questão relativa à exigência de apresentação de certificado de regularidade junto ao IBAMA, em nome do fabricante ou importador, já foi objeto de análise neste Tribunal em diversas ocasiões, como se observa, por exemplo, da decisão da Primeira Câmara no processo 880.024, da relatoria do conselheiro Wanderley Ávila:

1) Exigência de apresentação do certificado do IBAMA atinentes às empresas fabricantes dos pneus comprovando a destinação final de forma ambientalmente correta, nos termos da Resolução CONAMA nº 258/99.

O órgão técnico concluiu na análise inicial, fl. 43, que o edital, item 8.5.3, fl. 07, exigia indevidamente a apresentação de certificado do IBAMA, ao argumento de que somente os fabricantes e importadores de pneus possuem o documento, excluindo, assim, a participação de revendedores no certame.

Em defesa, os responsáveis, às fl. 61/63, discordam esclarecendo que o IBAMA, diante da Resolução do CONAMA nº 258, de 26/08/1999, não fornece a certidão apenas aos fabricantes e importadores, mas a todo e qualquer cidadão que visite o site oficial, bastando que se tenha conhecimento do CNPJ do fabricante ou importador para o qual revende.

Em seu novo exame, fl.296/303, o órgão técnico assinalou que, de fato, qualquer pessoa, inclusive os revendedores, que tenham em mãos o CNPJ do fabricante ou importador podem obter, de forma fácil e gratuita, a certidão de regularidade do IBAMA, utilizando o mencionado site oficial. Concluiu, assim, que a exigência da certidão do IBAMA não restringe o caráter competitivo do certame, não havendo, portanto, irregularidade em questão.

De fato, como ressalta o órgão técnico, em seu reexame, referida exigência, como instrumento de enorme importância nos esforços de proteção ao meio ambiente, homenageia a licitação sustentável, hoje de grande repercussão no cenário mundial. Assim, deve ser observado o zelo da Administração em exigir o certificado do IBAMA nos casos de licitação que envolva a aquisição de pneumáticos.

É de se concluir, portanto, que o Edital do Pregão Presencial nº 18/2012, editado em substituição ao Pregão Presencial nº 28/2011, não apresenta irregularidades quanto a este quesito. (grifo nosso)

A conclusão, em resumo, é no sentido da possibilidade de se exigir o certificado de regularidade junto ao IBAMA relativamente ao fabricante **ou** ao importador, não sendo razoável, portanto, limitar-se a apresentação do documento em nome de apenas um daqueles.

No presente caso, o edital prevê a obrigatoriedade de apresentação de “Certificado de Regularidade no Cadastro Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras, expedida do IBAMA, DO FABRICANTE DO PRODUTO A SER OFERECIDO”.

A exigência evidencia flagrante restrição à participação no certame, viabilizando o acesso apenas às marcas cujos fabricantes estejam sediados em território nacional, discriminação que encontra óbice na vedação prescrita pelo § 1º do art. 3º da Lei 8.666/1993.

Diante disso, presentes o *fumus boni iuris* (verossimilhança das alegações do denunciante) e o *periculum in mora* (tendo em vista a eminência de conclusão do certame, cuja sessão para entrega dos envelopes foi designada para 07/10/2019, às 9h), **defiro** a medida cautelar pleiteada pelo denunciante, com fulcro no art. 60 da Lei Orgânica do Tribunal e no art. 267 do Regimento Interno e **determino a suspensão**, na fase em que se encontra, do processo licitatório 202/2019, pregão presencial 71/2019, do Município de Córrego do Bom Jesus, até que seja resolvido o mérito da presente denúncia, devendo os responsáveis se absterem de promover quaisquer atos que ensejem o seu prosseguimento, sob pena de anulação e de aplicação de sanção pecuniária, nos termos do art. 85, III, da Lei Orgânica do Tribunal.

À **Secretaria da Segunda Câmara** para que proceda, por *e-mail* e fac-símile, à intimação do denunciante e dos signatários do instrumento convocatório, Sra. Eliana de Fátima Alves e Silva e Sr. Reinaldo Alves Tanikava, respectivamente, prefeita e pregoeiro, em caráter de urgência, acerca desta decisão, bem como para que adote as medidas cabíveis com vistas à submissão desta decisão ao colegiado, a teor do disposto no art. 95, § 2º, da Lei Orgânica.

Fixo o prazo de 5 dias para que os referidos agentes públicos comprovem nos autos a adoção da medida ordenada, mediante a publicação do ato de suspensão, e para que encaminhem cópia de todo o procedimento licitatório, fases interna e externa.

Após, retornem-me os autos conclusos.

CONSELHEIRO SUBSTITUTO ADONIAS MONTEIRO:

De acordo.

CONSELHEIRO SUBSTITUTO LICURGO MOURÃO:

Com o Relator.

CONSELHEIRO PRESIDENTE WANDERLEY ÁVILA:

Também com o Relator.

APROVADO.

(PRESENTE À SESSÃO O PROCURADOR DANIEL DE CARVALHO GUIMARÃES.)

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os Exmos. Srs. Conselheiros da Segunda Câmara, por unanimidade, na conformidade da Ata de Julgamento e das Notas Taquigráficas, em referendar a decisão monocrática que: **I)** deferiu a medida cautelar, com fulcro no art. 60 da Lei Orgânica do Tribunal e no art. 267 do Regimento Interno, e determinou a suspensão do processo licitatório 202/2019, pregão presencial 71/2019, do Município de Córrego do Bom Jesus, na fase em que se encontrava, até que fosse resolvido o mérito da denúncia, devendo os responsáveis se absterem de promover quaisquer atos que ensejassem o seu prosseguimento, sob pena de anulação e de aplicação de sanção pecuniária, nos termos do art. 85, III, da Lei Orgânica do Tribunal; **II)** determinou a intimação, por e-mail e fac-símile, do denunciante e dos signatários do instrumento convocatório, Sra. Eliana de Fátima Alves e Silva e Sr. Reinaldo Alves Tanikava, respectivamente, prefeita e pregoeiro, em caráter de urgência, acerca da decisão; **III)** fixou o prazo de 5 dias para que os referidos agentes públicos comprovassem, nos autos, a adoção da medida ordenada mediante a publicação do ato de suspensão, e para que encaminhassem cópia de todo o procedimento licitatório, fases interna e externa; **IV)** determinou, após, o retorno dos autos conclusos ao Relator.

Plenário Governador Milton Campos, 03 de outubro de 2019.

WANDERLEY ÁVILA
Presidente

VICTOR MEYER
Relator

(assinado digitalmente)

jc/ms/rp

CERTIDÃO

Certifico que a **Súmula** desse **Acórdão** foi disponibilizada no Diário Oficial de Contas de 12/10/2019, para ciência das partes.

Tribunal de Contas, 22/10/2019

Coordenadoria de Sistematização de
Deliberações e Jurisprudência